

HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O Caso do Território Professor Cory/Andradina

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.60.13277>

Submetido em: 19/4/2022

Aceito em: 6/12/2022

Publicado em: 25/3/2024

Arnaldo Pedroso Coelho¹; Antonio Lázaro Sant'Ana²

RESUMO

A política territorial adotada nacionalmente, a partir de 2003, visando o envolvimento de toda a sociedade no estabelecimento de políticas públicas com foco principal para a agricultura familiar, gerou a criação do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) Prof. Cory/Andradina a partir de 2004. O objetivo deste artigo foi analisar o legado dessas ações desenvolvidas neste Território com base em metodologia que incluiu revisão bibliográfica, levantamento de dados de fonte secundária, pesquisa documental dos arquivos do Codeter e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) da Unesp de Ilha Solteira, e da aplicação de questionário com atores-chave do processo, membros integrantes do Colegiado de 2004 até 2016. Foi possível identificar o legado dos territórios e, em especial, do Território Prof. Cory/Andradina, pois, apesar das dificuldades enfrentadas, várias ações permanecem ativas junto aos agricultores familiares com o surgimento de organizações sociais, participação em compras governamentais e organização da equipe de inspeção de produtos agropecuários em parceria com a Associação dos Municípios do Extremo Noroeste Paulista (Amensp).

Palavras-chave: política pública; agricultura familiar; organização rural; inspeção agropecuária.

HISTORY AND CURRENT SITUATION OF THE TERRITORIAL DEVELOPMENT POLICY: THE CASE OF PROFESSOR CORY /ANDRADINA TERRITORY

ABSTRACT

The territorial policy adopted nationally, from 2003, aiming at the involvement of the whole society in the implementation of public policies with a main focus on family agriculture, generated the implementation of the Collegiate of Territorial Development (Codeter) prof. Cory/Andradina, from 2004. The objective of this article was to analyze the legacy of these actions developed in this Territory, based on a methodology that included a bibliographic review, data collection from a secondary source, documental research of the Codeter files and the Extension Center in Territorial Development (Nedet) at Unesp in Ilha Solteira and the application of a questionnaire with key actors in the process, members of the Collegiate from 2004 to 2016. It was possible to identify the legacy of the territories and especially the Prof. Cory/Andradina, because, despite the difficulties faced, several actions remain active with family farmers, with the emergence of social organizations, participation in government purchases and implementation of the inspection team of agricultural products in partnership with the Association of Municipalities of the Far Northwest Paulista (Amensp).

Keywords: public policy; family farming; rural organization; agricultural inspection.

¹ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Cati/Casa da Agricultura de Pereira Barreto. Pereira Barreto/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3287-7144>

² Universidade Estadual Paulista (Unesp). Ilha Solteira/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1981-7427>

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento Territorial depende de muitas variáveis, posto que a Política, em suas esferas econômica, ideológica, cultural e militar, associada às ações conjuntas dos diferentes setores sociais com afinidades regionais do trabalho, comércio, indústria e agrícola, é preponderante nesta afirmação (Goldenstein; Seabra, 1982; Mello Théry, 2011, Carneiro, 2013; Sabourin, 2015).

Há diversas definições sobre território, inclusive com diferenças em razão de qual disciplina está abordando o tema. Neste trabalho, ao se referir a Territórios, inclusive, especificamente, Territórios Rurais, utiliza-se da perspectiva adotada na época pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 2016).

Conforme comenta Garbin (2006), a SDT adotou da academia a definição de território:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. E para território rural a seguinte definição: São os territórios, conforme anteriormente, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implícitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nestes territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. E para microrregiões rurais: As microrregiões rurais são aquelas que apresentam densidade demográfica menor do que 80 habitantes por km² e população média por município até 50.000 habitantes (p. 6).

No presente estudo procura-se avaliar a atuação e o legado do Colegiado “Território Professor Cory/Andradina”, desde sua instalação em 2004, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, até os dias atuais, após sua desarticulação em 2016.

Na região do “Território Professor Cory Andradina” houve um aumento do número de agricultores familiares, segundo dados da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa), passando de 7.647 em 2008 para 9.033 propriedades rurais em 2017/2018, e, deste total, 7.939 (88%) representadas por agricultores familiares, fato este influenciado pelo número de assentamentos da Reforma Agrária do governo federal realizados no período coincidente com a criação do referido Território (Coelho *et al.*, 2019a).

Ainda segundo Coelho *et al.* (2019a), ocorreu incremento na produção de carne, leite, grãos e produtos hortigranjeiros, possibilitando, inclusive, a efetivação de Programas Institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos do governo federal, e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), sempre vinculados ao fortalecimento das Organizações Rurais, e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf); por fim, a constituição de uma equipe de inspeção de produtos agropecuários via Associação dos Municípios do Extremo Noroeste Paulista (Amensp), sendo tal fator, conforme Sabourin (2015), coincidente com as premissas do Programa Nacional de Ações Territoriais (Pronat), que preconizava a participação de toda a sociedade, inclusive os poderes municipais, estaduais e federal.

Espera-se contribuir para entender o grau de importância do Desenvolvimento Territorial e, em especial, do Território Professor Cory/Andradina, pois a revisão bibliográfica, combinada com o exame de documentação do referido Território e a pesquisa com os atores do processo, permitiram avaliar suas ações e os resultados alcançados, ou seja, o possível legado deixado pela abordagem Territorial.

TERRITORIALIZAÇÃO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Territorialização pode ser referenciada em diversos períodos de nossa história de formas distintas e complementares. Galvão e Vasconcelos (1999) afirmam que, à época, a globalização já se organizava de forma territorial em seus diferentes espaços baseados na trilogia: “Tecnologia – Organizações – Territórios”. Assim, a tendência foi a adesão às escalas espaciais, territoriais e sub-regionais. Os autores consideravam uma inovação esta concepção de política regional no Brasil. Este trabalho, coordenado pelo Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (Ipea), proporcionou, com auxílio de mapeamentos, um estudo de todo o Território Nacional, visando a apoiar o desenvolvimento regional. A metodologia foi inspirada no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder), com o intuito de trabalhar Políticas Públicas em âmbitos Regionais, objetivando a redução das desigualdades territoriais (Feder, 2020).

Goldenstein e Seabra (1982) analisaram diversas pesquisas e destacaram que no início do século 20, em virtude das características advindas das condições históricas, o país era considerado um Território único que não se diferenciava internamente e era apenas voltado para a “produção para fora”. Nesta época já eram marcantes as diferenças regionais do trabalho e da produção, como a área cafeeira no Sudeste, que representava 60% do total das exportações brasileiras no início do século 20, a pecuária do Sul e também de Minas Gerais, na Zona da Mata na Região Nordeste, a agroindústria canavieira, no Sertão Nordestino e no Agreste a economia voltada para a pecuária e o algodão. Os autores citam, também, “dois vazios” que ocupavam mais da metade do Território Nacional: as atuais regiões Centro-Oeste e Norte, completando o quadro econômico territorial do Brasil do período.

Nos diversos assuntos relativos à importância do desenvolvimento brasileiro, Guimarães Neto (1997) ressaltava a dependência de uma leitura da realidade à época para ter sucesso na inserção futura no mercado mundial, no qual o padrão tecnológico mostrava-se com perspectivas de mudanças “radicais”. Como pontos em destaque, ressalta a dimensão continental brasileira, as diferenças diversas de suas regiões quanto às condições socioeconômicas, também relatadas por outros autores, o caso do pós-guerra, quando o país foi beneficiado com o avanço, entre os anos 1940 e 1970, e da industrialização, com a política de substituição das importações e, desta forma, conseguiu crescer economicamente em níveis superiores a outros países subdesenvolvidos. Como exemplos de entraves a serem superados pela ação governamental, o autor cita a dívida pública, o conformismo político de algumas regiões e a crise fiscal e financeira.

Mais recentemente, no período estudado pelo referido autor, devido às mudanças, o Estado, mesmo com a ascensão do neoliberalismo, viu-se obrigado a participar com políticas públicas adequadas no sentido de acompanhar a evolução da globalização, não deixando que apenas o mercado definisse a reestruturação econômica e os setores produtivos. Regiões e sub-regiões passaram a ser vistas como potenciais níveis de ações governamentais com

possibilidade de êxito, potencializando, assim, as organizações que atuam nessas escalas e, em consequência, abrindo caminhos para a territorialização, pois a Constituição de 1988 já havia dado os marcos legais neste sentido (Guimarães Neto, 1997), aspecto também destacado por outros autores, como Caldas e Moreira (2013).

Silva (1992) menciona as décadas de 1930 a 1980 como o período de industrialização de nossa economia com substituição de importações e forte apoio governamental. Já no início dos anos 1990 as mudanças econômicas, com diminuição da presença do Estado e consequente maior participação da iniciativa privada, junto com as privatizações das empresas estatais e a abertura do país ao comércio exterior, geraram exigências de integrações de regiões com potenciais semelhantes, haja vista a necessidade de tornarem-se mais competitivas neste cenário de abertura econômica mundial. Neste sentido, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em janeiro de 1990, divulgou a Política Regional de Desenvolvimento Industrial voltada para o desenvolvimento do Nordeste para as décadas seguintes, visando a tornar a região mais integrada em âmbito intrarregional e competitiva na esfera extrarregional. Uma das consequências foi a criação do Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco.

Nessa linha de discussão da importância de levantar e conhecer a realidade local e fatores históricos relativos aos territórios, Carneiro (2013) relata, como um dos grandes desafios, o estudo dos fatores que levaram às condições atuais de uma determinada localização, no caso, os territórios, pois o passado tem importância fundamental nessas condições e a história tem necessariamente de caminhar conjuntamente com a geografia, posto que as duas completam a explicação da sociedade. O autor destaca a influência humana, que, ao longo do tempo, permite desvendar projetos econômicos, políticos, militares e simbólicos em jogo, que, por diferentes vias, procuram introduzir-se na sociedade em foco. Afirma, ainda, que se devem entender as diferenças de classes sociais, presença do Estado, do setor privado, grupos marginalizados, pois a construção política depende também destas variáveis, que, por sua vez, são muito dinâmicas.

Nesse contexto, em 2003 foi criado o Pronat, que reconheceu, em seu auge, em 2016, 239 territórios rurais, abrangendo mais de 3,5 mil municípios brasileiros, atuando para fortalecer as políticas de crédito e o apoio à comercialização e assistência técnica (Brito, 2017).

Caldas e Moreira (2013) que, além de ressaltarem todo o histórico de legislação a respeito de consórcios intermunicipais e territórios, os quais evitam problemas legais que pudessem acontecer, também mencionam entraves que os autores chamam de freios: as normas restritivas de fluxos financeiros entre governo federal e municipal; a relação entre técnicos e lideranças locais (que tanto foram positivas ou limitantes conforme a época no Estado de São Paulo); e a própria assimetria do destino dos recursos que apenas poderiam vir aos municípios e não diretamente às organizações regionais, criadas no âmbito da política dos territórios rurais. Os temas passaram a ser tratados regionalmente, mas a legislação não foi eficiente para direcionar os recursos na mesma ordem, e os envolvidos passaram a ter demandas distintas que, por vezes, impediam ou dificultavam a melhor solução para o problema.

Sabourin (2015) analisou o histórico da criação de Territórios em âmbito nacional, referenciando que o Pronat foi instituído não apenas para fortalecer o Pronaf, mas apoiando-se em experiências anteriores, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que reunia integrantes com atuação em diversos níveis, a Confederação Nacional

dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) do Nordeste (Projeto Umbuzeiro – Assocense), com parcerias na Europa, o Banco Mundial, com o Projeto Áridas, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), via projeto “Dom Helder Câmara”, assim como experiências do sul do país, como os Coredes no Rio Grande do Sul, trabalhos de descentralização em Santa Catarina, Cressol no Paraná e Consórcios Intermunicipais em São Paulo. Todas essas experiências vão influenciar na formação do Pronat.

Em seus estudos, Sabourin (2015) também se refere a outras influências na formação do Pronat, como o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA) e as Políticas Territoriais da União Europeia (Leader e Leader +), que, apesar de ser um programa com perspectiva neoliberal, serviu como base para a territorialização no Brasil. O autor destaca a importância destas experiências dos membros do Ministério responsáveis pela criação dos Territórios, não só no início, mas, sobretudo, na formação inicial dos membros das Comissões de Instalação das Ações Territoriais (Ciat), a partir dos dois primeiros anos com efetiva construção dos territórios, inclusive posteriormente, quando da criação dos Territórios da Cidadania, após 2008.

O fator experiência também é abordado como ponto referencial positivo no estabelecimento e sustentação das ações dos territórios por Delgado e Grisa (2014), que, após dez anos de efetivação do Pronat, consideraram importante a participação destes representantes governamentais.

Delgado, Bonnal e Leite (2007), em estudos sobre a criação do Pronat, também já haviam destacado o fato de o mesmo ser uma “linha de ação” do Pronaf Infra Estrutura, iniciado em 1997 e funcionado neste modelo até 2002, com ação municipal, e que, a partir do Pronat, passou a ser Regional, anteriormente debatida por Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural passando para os Colegiados dos Territórios, legitimados por meio dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Apesar de adquirir essa dimensão regional, Delgado e Grisa (2014) comentam que o fato de o Pronat ter dado continuidade ao Pronaf na linha de Infra Estrutura e Serviços, acabou levando à predominância de direcionamento do debate nos territórios apenas para assuntos ligados à agricultura e ao setor rural. Isso predominou, e, apesar de o governo federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), logo após o estabelecimento do PTC, ter recomendado que as discussões envolvessem setores não agrícolas, tal recomendação foi adotada de forma insignificante, segundo os autores.

Delgado e Grisa (2014) também destacam a ampliação das atividades dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que passaram de órgãos apenas locais, como tradicionais apoiadores dos executivos locais, a potenciais agentes de desenvolvimento territorial, com a participação mais efetiva da sociedade civil. Preocupavam-se, à época, com a dependência destes grupos se por algum motivo o governo federal se afastasse da proatividade exercida na instituição do Pronat e Programa Territorial da Cidadania (PTC).

Os referidos autores Delgado e Grisa (2014) reforçam o papel das lideranças nas mudanças no papel dos Conselhos, ocorrendo, até mesmo, uma resistência por parte do governo do Estado de São Paulo em participar na Região do Pontal do Paranapanema, quando se iniciou as discussões do Pronat em 2003. Fuser (2016) apresenta situação similar no Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, onde as diferenças político-partidárias foram responsáveis por não ter sido implantado, entre 2008 e 2010, o Território da Cidadania na região.

Oliveira, Perafán e Conterato (2013) também destacam o fator humano como essencial na gestão participativa dos Territórios, pois os envolvidos, além de capacidade de planejamento estratégico, precisam estar preparados para tal, e deverão levar em consideração a essencialidade de garantia de acesso a direitos básicos, a inclusão social, a produtiva, garantir a presença do maior número possível e dar voz aos envolvidos por meio de seus representantes, contando sempre com o apoio dos agentes públicos nas três esferas (municipal, estadual e federal), pois a ausência destes prejudica o andamento das ações nas diferentes etapas da territorialização.

Oliveira, Perafán e Conterato (2013) igualmente afirmam que a Secretaria de Desenvolvimento Territorial apoiou os trabalhos e tinha o entendimento da necessidade desta participação pública para o amadurecimento da proposta de territorialização, inclusive apoiando, também, a Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNTC), que tinha representantes de todos os Colegiados Estaduais. A preocupação é que os envolvidos, desde que verdadeiramente representantes, sintam-se como parte da construção dos Planos Territoriais e que isso não seja algo dado, e que os mesmos identifiquem como um avanço esta construção coletiva.

Mello Théry (2011) defende a interdisciplinaridade para garantir que a inter-relação da gestão territorial consiga dar mais eficiência no conjunto Estado, Sociedade, Instituições intergovernamentais e multilaterais. Em seus estudos, afirma que as políticas públicas transformam os territórios desde que não contemplem sempre o poder econômico e político, mas também suas populações mais vulneráveis, como os indígenas, quilombolas, camponeses e que seja favorável às questões ambientais e não apenas favoreça a expansão econômica predominante, como o agronegócio.

Nesta mesma linha de pensamento, Souza e Amaral (2015), estudando o Território da Baixada Cuiabana em Mato Grosso, destacam pontos importantes da região com relação à identidade sociocultural ter sido fundamental na constituição do referido Território, como exemplo de um dos pontos importantes: a tradição alimentar baseada na cultura da mandioca. Para os autores, a região da Baixada Cuiabana tem, nas populações dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, vaqueiros, raizeiros e ribeirinhos, forte relação com a cultura, e destacam o fato de o Pronat ter considerado essa forma de exploração da terra com a cultura da mandioca não um atraso de exploração agrícola, mas, sim, uma possibilidade de avanço na proposta da Territorialização. Neste processo foi necessário abrir mão de premissas voltadas de forma predominante para o ganho de capital para preservar e fortalecer a tradição local, e, assim, promover o desenvolvimento territorial sustentável de forma peculiar.

Delgado, Bonnal e Leite (2007) analisaram como desafiadora a dependência da representatividade que a política de desenvolvimento rural enfrentava. Na época, várias experiências foram bem-sucedidas, mas também em “casos numerosos”, em que os colegiados territoriais não eram representativos de todos os segmentos sociais da agricultura familiar, ocorreram sérias limitações nas propostas de desenvolvimento dos territórios. Neste sentido, Fuser (2016) menciona, como contribuição positiva para a sociedade brasileira, quando estuda o Pronat e o PTC em uma das regiões mais críticas em IDH no Estado, o Vale do Ribeira: “Mobilizar mais de duas dezenas de ministérios, muitos sob coordenação de outros partidos e conseguir que incorporassem uma estratégia diferente das que vinham sendo utilizadas em suas políticas, foi uma grande conquista do Governo Lula. Assim como foi uma conquista das organizações sociais a retomada do PTC durante o Governo Dilma” (p. 136).

Bonnal (2007), ao tratar dos processos diferenciados e contraditórios envolvidos nas temáticas da Territorialidade, da Sustentabilidade e do Desenvolvimento, destacou que a sustentabilidade pode ser considerada bastante desconectada das dinâmicas territoriais de desenvolvimento econômico. O autor levou em conta que os governos da época (Lula e Dilma) foram voltados para a participação popular, o que demonstra na criação de programas como: o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA); no Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente); no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o Programa de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad); no Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio (MDIC) o Programa Arranjos Produtivos Locais (APL).

Bonnal (2007) refere-se aos mesmos (programas supracitados) como amplamente significativos para a sociedade, envolvendo mais da metade dos agricultores familiares do país e mais de um terço de todo o Território Nacional, porém com problemas limitantes de eficiência, relatando diversas causas, como falta de recursos, de legitimação dos envolvidos, de legalidade das ações, entre outros diversos fatores envolvidos.

Considerado por Fuser (2016) um “fracasso”, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) teria encontrado dificuldades para se estabelecer no Vale do Ribeira-SP em razão de o arranjo de coordenação e governança proposto não ter funcionado diante da estrutura federalista brasileira, da política partidária, do histórico setorial das políticas públicas e também devido às especificidades daquele Território, com baixo envolvimento de setores importantes na construção do PTC, como foi o caso de alguns grupos de agricultores familiares e a exclusão de representantes do segundo setor (empresas privadas).

Leite (2007) considera que os invisíveis precisam ser mais representados. O empoderamento faz-se necessário para que haja maior acesso destes grupos, referindo-se às populações nativas ou tradicionais, “sem participação nem acesso” nas políticas territoriais. Um aspecto importante citado pelo autor é o fato de que a relação com as Prefeituras também pode ser limitante nesta aproximação com os envolvidos em muitas localidades.

Perafán e Ávila (2017) confirmaram a preocupação relatada por diversos autores e chegaram à conclusão que a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário e, consequentemente, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), comprometeu as ações de diversos Territórios. Muitas conquistas são referenciadas no debate, sendo unânime como ponto positivo a democratização da criação de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares e também que a ruptura do modelo político, entre a execução dos trabalhos de territorialização e sua extinção, deverá ser motivo de repensar um novo modelo, que poderá ser seguido pelos novos governantes, sendo a crise financeira brasileira e mundial um dos fatores norteadores deste assunto.

Com base nesse ponto de vista, Perafán e Ávila (2017) citam a importância apresentada, no período entre 2003 a 2016, em âmbito nacional, do Pronat, afirmando que o ganho socioeconômico conquistado coincide com as ações do referido Programa. Fuser (2016), no entanto, destacava que a pobreza, apesar de estar sendo reduzida no país em razão do que chamava de “universalização de direitos”, não vinha ocorrendo na área rural em específico, pois cálculos

baseados no nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apontavam para aumento na desigualdade, principalmente em algumas regiões basicamente de caráter rural, e que ficaram para trás neste processo de desenvolvimento. Este aspecto reforça a necessidade de repensar o Pronat, mas não de extingui-lo, como ocorreu.

Tarsitano (2012) faz um relato histórico sobre a abordagem territorial no Brasil e a criação do Pronat, particularmente dos cinco territórios no Estado de São Paulo. Em seus estudos, analisou os investimentos realizados pelo Proinf no Território Professor Cory/Andradina, posto que até o período estudado (2011) haviam sido realizados 19 projetos. Para o autor, apesar de polêmica, é incontestável que a abordagem Territorial representa uma alternativa viável na solução dos problemas socioeconômicos locais tanto urbanos quanto rurais.

METODOLOGIA

A metodologia incluiu revisão bibliográfica, a pesquisa de dados de fonte secundária do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (Lupa), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; pesquisa documental em Atas das reuniões e outros materiais de eventos organizados pelo Codeter Prof. Cory/Andradina; relatórios e outros documentos elaborados pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) da Unesp de Ilha Solteira (Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – SP), que atuou do final de 2014 a abril de 2017; e da aplicação de um questionário, com roteiro semiestruturado (Chizzotti, 2005), realizada com atores-chave do processo, no caso os membros do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) do Território Professor Cory/Andradina (SP), no período de 2004 a 2016.

O questionário foi enviado por *e-mail* e, em alguns casos, reforçado o incentivo para respondê-lo por meio de contato telefônico ou do aplicativo de comunicação WhatsApp. No total foram obtidas 27 respostas ao questionário de integrantes do referido Codeter em fevereiro e março de 2020. O objetivo desse instrumento de pesquisa foi verificar a percepção dos ex-integrantes sobre a sua participação no Colegiado e as ações desenvolvidas no âmbito do referido Território.

No roteiro foram abordadas, em síntese, as seguintes questões: características do entrevistado, com grau de escolaridade e idade; forma como tomou conhecimento dos trabalhos do Codeter, indicando sua vinculação em termos de representação; período de participação; informações atuais sobre os trabalhos desenvolvidos no Território e seu grau de importância, e, por fim, resposta sobre uma possível retomada das ações territoriais com retorno da participação dos integrantes do extinto Território Professor Cory/Andradina. A análise dos resultados foi qualitativa no que diz respeito a respostas dissertativas, além da apresentação de alguns dados quantitativos, mas sem uso da estatística descritiva devido ao tamanho relativamente pequeno do universo pesquisado.

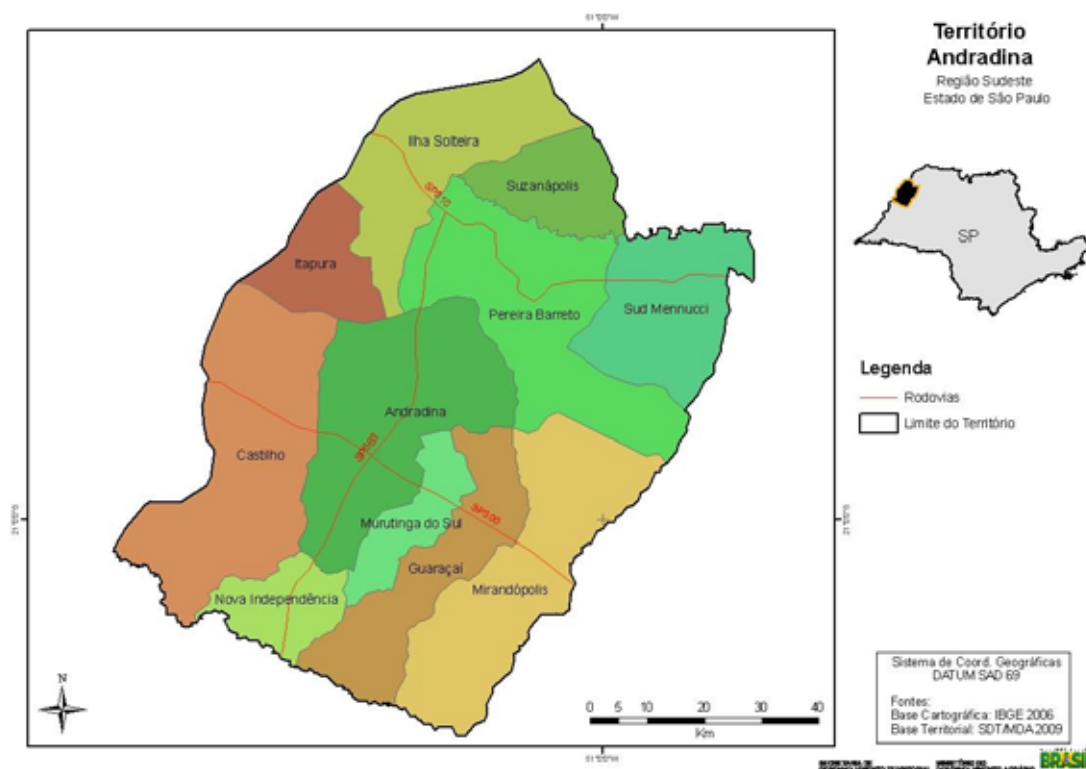
A análise realizada teve como base a percepção dos integrantes do Colegiado, combinada com exame de documentos e trabalhos científicos publicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Território Professor Cory/Andradina

O “Território Professor Cory/Andradina”, representado na Figura 1, foi homologado em 28 de julho de 2004 (Tarsitano, 2012). É composto por 11 municípios, sendo estes: Sud Menucci, Suzanápolis, Pereira Barreto, Ilha Solteira, Itapura, Castilho, Andradina, Nova Independência, Murutinga do Sul, Guaraçai e Mirandópolis. O referido Território abrange parte dos municípios dos Escritórios de Desenvolvimento Rural de Andradina e General Salgado, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (Catí), da Região Administrativa Estadual do Governo do Estado, com sede em Araçatuba, da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP), e do Consórcio Administrativo da referida Associação Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste Paulista (Ciensp) (Brasil, 2010; Silva, 2012; Franco, 2013).

Figura 1 – Limites territoriais dos 11 municípios pertencentes ao Território Andradina (SP) e indicação de sua localização no Estado de São Paulo



Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT/SDT/MDA (Brasil, 2009), citado por Tarsitano (2012).

A região de Andradina (SP), correspondente ao Território Prof. Cory/Andradina, apresentou, nas últimas três décadas, a desapropriação de 38 propriedades rurais para o estabelecimento de assentamentos da reforma agrária que abrigaram 3.448 famílias, ocupando uma área de 62.935 ha. Um dos motivos das desapropriações foi a forte presença dos movimentos sociais de luta pela terra (Incrá, 2018; Silva 2012). Coelho *et al.* (2019) destacam a predominân-

cia da agricultura familiar no referido Território, conforme pode ser visto na Tabela 1. Os agricultores familiares representam 88,3% do total das Unidades de Produção Agropecuária (UPA), com destaque para os municípios de Murutinga do Sul, Andradina e Castilho, com mais de 92% de propriedades familiares, com aumento significativo entre os levantamentos realizados pelo órgão entre 2008 e 2017, sendo diretamente influenciado pelos assentamentos da reforma agrária.

Tabela 1 – Dados referentes à evolução das Unidades de Produção Agropecuária (em geral e familiar) e das Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) nos municípios que formam o Território Professor Cory/Andradina (SP)

Município	T.P. 2008 (n°)	T.P. 2017 (n°)	T.P.F 2017-18 (n°)	DAP (n°)
Andradina	1293	1341	1242	443
Castilho	1058	1563	1442	1132
Guaraçai	655	788	671	390
Ilha Solteira	483	479	426	383
Itapura	296	311	291	264
Mirandópolis	1108	1466	1298	648
Murutinga do Sul	624	628	588	301
Nova Independência	244	250	216	82
Pereira Barreto	575	764	630	476
Sud Menucci	322	420	335	95
Suzanópolis	404	365	257	95
Total	7.062	8375	7.396	4.309

Legenda: T.P. 2008: Total de Propriedades em 2008; T.P. 2017: Total de Propriedades em 2017; T.P.F. (17-18): Total de Propriedades Familiares em 2017-2018; DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Fonte: Fonte: Coelho *et al.* (2019b).

Em termos de crédito para a agricultura familiar, em âmbito nacional o aporte de recursos do Pronaf passou, segundo Bianchini (2015), de R\$ 2,3 para R\$ 28,9 bilhões entre as safras 2002/2003 e 2015/2016. Observa-se que no Território Prof. Cory/Andradina foram emitidas somente 58,3% de DAPs em relação ao total de agricultores familiares, o que pode indicar que o acesso ao crédito e às políticas públicas, em geral, ainda não havia atingido um percentual expressivo desses agricultores na região.

Revisão e Análise de Documentação do Território Professor Cory/Andradina

Tarsitano (2012) traz importantes informações sobre a contribuição dos recursos do Pronaf Infraestrutura (Proinf), investidos no Território Professor Cory/Andradina. Segundo o autor, entre 2004 a 2011 foram apoiados 19 projetos em 8 municípios com um valor aproximado de 2 milhões de reais, sendo estes recursos destinados à aquisição de tanques de resfriamento de leite, adequação de estradas rurais, atividades de educação no campo, computadores, equipamentos para beneficiamento de frutas, caminhões carroceria simples e com tanque de inox (refrigerado) e materiais para projeto de irrigação de pastagens. Em sua análise menciona que, de outubro de 2011 a fevereiro de 2012, o Território ficou sem recursos para custear suas atividades, inclusive para pagar o articulador territorial, e este continuou trabalhando mesmo sem receber.

Segundo documentos dos arquivos estudados, a primeira reunião para instalação da comissão (Ciat) ocorreu em abril no ano de 2005 em Andradina, com assuntos diversos, como a contratação do articulador regional e a elaboração dos projetos do Pronaf infraestrutura, além da apresentação do estudo propositivo. Houve pouca participação dos órgãos públicos, principalmente das Prefeituras, e maior presença dos órgãos relacionados à Assistência Técnica, dentre esses a Cati, o Itesp e o Incra. Entidades não governamentais também participaram, como a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (Coapar), Sindicatos rurais (Seraesp), Federação da Agricultura Familiar (FAF/Sintraf), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por meio de sua Cooperativa Central (CCA), Econg (ONG ambientalista do município de Castilho), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (Fetaesp), Sindicato Rural de Mirandópolis e Unesp, *Campus* de Ilha Solteira (SP). Destaca o documento que a direção da Ciat foi exercida pela Econg até o final do ano de 2005, quando foi escolhido o articulador regional ligado à FAF. Mesmo tendo sido considerado frágil devido à baixa participação de vários setores, havia a perspectiva de desenvolvimento a partir de 2006 com a preocupação de executar os projetos do Proinf aprovados. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável*

O relatório elaborado por Ariane Favareto (Brasil, 2010) pode ser considerado a primeira referência, em ordem cronológica, sobre a documentação do Território de Andradina. Em seus estudos refere-se a primeira reunião para organização do Território, com a proposta de um grupo que seria o iniciante do Colegiado. Em 2005 foi instalada a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (Ciat). O Território já havia sido homologado em 28/7/2004 e, a partir de então, em 2006, com atualização em 2007, foi elaborado seu primeiro Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) (Brasil, 2010). Nesta época a Ciat contava com 37 representantes divididos entre Sociedade Civil e Órgãos Públicos a saber:

- Sociedade Civil: Cooperativa de assentados (Coapar), Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Coater), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Instituto de Empoderamento Social (IES), Central das Associações de Castilho (Cocam), Associação Novo Tempo (P.A Timboré), Associação Nova Conquista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, Associação dos Produtores Rurais União da Vitória, Organização Regional de Mulheres Assentadas da Região de Andradina, Associação dos Produtores de Leite Santa Luzia (Apleslu), Sindicato da Agricultura Familiar de Andradina (Sintraf), Associação Agro Progresso do Assentamento Roseli Nunes, Movimento de Valorização da Mulher, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Andradina e Castilho (ligado à FAF), Sindicato dos Empregados Rurais (ligado à Feraesp), Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandópolis e Lavínia (ligado à Fetaesp), Econg (ONG ambientalista), Agência Visão – empresa de jornalismo e Marketing, Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira (APAPCVIS) e Cooperativa de Produtores do Assentamento Orlando Molina (Coplam).
- Órgãos públicos: Universidade Estadual Júlio de Mesquita filho (Unesp de Ilha Solteira-SP), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Instituto de Zootecnia (Apta), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati – órgão de Ater do Estado), Escola Técnica Estadual de Andradina (Instituto Paula Souza), Prefeituras de Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçá, Ilha Solteira, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanópolis.

Os dois segmentos foram divididos em dois Núcleos, o Dirigente e o Técnico, ficando, inicialmente, em 2005, com a Econg de Castilho a responsabilidade de desenvolver os trabalhos a partir de então (coordenação).

Em 2010 foi realizada a atualização do PTDRS, com a realização de duas oficinas em 10 e 11 de novembro. Estas oficinas tiveram a participação de 30 pessoas, entre estas, 7 estavam representando o poder público e 13 a sociedade civil. A representação entre os municípios que compõem o Território chegou próximo à metade, totalizando 5 representações. De todos os presentes, 18 eram homens e 12 eram mulheres.

O evento, além de elaborar o Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (PDTRS), traçou a Missão para o Território, e, como visão de futuro, o texto aprovado na Plenária para o Território foi o seguinte: “Território Andradina socialmente justo e forte, economicamente equilibrado e ecologicamente correto, com organizações sociais fortalecidas e com qualidade de vida para as pessoas do campo e da cidade, com o abastecimento das cidades com os produtos da reforma agrária e da agricultura familiar, produzidos com uso sustentável dos recursos naturais, advindos de sua produção e de agroindústrias instaladas, garantindo a permanência no campo das atuais e futuras gerações com dignidade, trabalho, renda e felicidade” (Brasil, 2010).

Modenese *et al.* (2016) relatam que a constituição do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (Nedet) surgiu a partir da chamada pública CNPQ/MDA/SPM-PR n. 11/2014, com a finalidade de apoiar a gestão do Território Professor Cory/Andradina. Os autores destacam que entre os importantes trabalhos apoiados pelo Nedet, houve as tratativas de estabelecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Como marco deste trabalho foi realizado um seminário, em Pereira Barreto, em março de 2015, que contou com expressiva participação de entidades públicas e sociedade civil, que puderam debater vários assuntos sobre o tema, formar um Grupo de Trabalho do Suasa e agendar, a partir deste, uma visita ao Consórcio Público do Território do Vale do Ivinhema (MS). Outro ponto a ser destacado foi o papel que teria na formação de um grupo de inspeção junto ao consórcio de municípios.

A reunião propiciou o agendamento e a conseqüente visita entre os dias 3 e 4/8/2015 aos municípios de Anaurilândia (MS) e Bataguassu (MS) para obter informações sobre a execução da inspeção. Estas ações foram fundamentais para que o Colegiado procurasse a Associação dos Municípios do Extremo Noroeste Paulista (Amensp), obtendo, assim, apoio, quando foi instituída, em 2016, por meio do Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste Paulista (Ciensp), a equipe de inspeção Regional para criação de agroindústrias (Coelho *et al.*, 2017).

Entrevistas com integrantes do Território Professor Cory/Andradina

Entre os 27 membros, ex-integrantes do Codeter, havia representantes dos 11 municípios do Território Professor Cory/Andradina, tanto do Poder Público quanto da Sociedade Civil, e, destes, 6 mulheres e 21 homens. Em relação à escolaridade, somente dois estudaram, no máximo, até o Ensino Fundamental, enquanto os demais (25) possuem curso superior completo. A média de idade era de 48,7 anos. Do total de pesquisados, sete estão ligados à Sociedade Civil organizada, como Cooperativa e Associação de Agricultores, Imprensa, Comunidade Religiosa, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Federação da Agricultura Familiar (FAF); os demais ligam-se ao poder público, sendo um da Escola Técnica Agrícola de Andradina, três da Unesp de Ilha Solteira, nove de Prefeituras, três do ITESP e um da Agência Paulista de Tecnologia na Agricultura (Apta).

A análise das respostas ao questionário permitiu verificar que todos passaram a participar dos trabalhos a partir de indicação ou convite de algum órgão público, sendo citados a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), as Prefeituras, a Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Coater) e a UNESP de Ilha Solteira. Os motivos de participação citados, em linhas gerais, são que os assuntos tratados se alinhavam às atividades desenvolvidas pelos integrantes, seja funcionário público, agricultor ou estudante, e que estavam voltados para o fortalecimento das comunidades rurais da região.

O período de participação variou entre 1 e 12 anos, ou seja, enquanto 7 integrantes se destacaram, tendo participado desde a fundação, em 2004, até a interrupção das atividades no final de 2016, a maioria citou participações que variaram nesse intervalo de tempo.

Quanto às informações sobre os resultados obtidos pelo Território Professor Cory/Andradina, os integrantes dos municípios que receberam investimentos nos 19 projetos têm alguma informação das atividades, sendo estes os municípios de Andradina, Pereira Barreto, Murutinga do Sul e Castilho. Os integrantes citados referem-se aos órgãos públicos envolvidos no Colegiado, sendo estes do Itesp, da Cati e das Prefeituras. Quanto aos demais membros, não pertencentes aos poderes públicos, relataram não terem informações sobre o andamento dos trabalhos. Os representantes de ambos os segmentos deram as respostas relativas apenas ao seu município, não tendo informações sobre o andamento dos trabalhos em âmbito Territorial.

Foram elencados os pontos fortes e fracos da atuação do Colegiado. Quanto aos pontos fortes, os relatos utilizando palavras-chave ou frases resumidas das respostas, em sua íntegra, foram mencionados: fortalecimento da atividade agropecuária nos setores de leite e hortaliças e também na comercialização; união dos produtores; educação no campo; melhoria das estradas rurais; despertar da consciência dos movimentos civis na busca de seus direitos; organização rural em associações e cooperativas; apoio da sala da agricultura familiar; participação em atividades de capacitação; a integração entre os órgãos federal, estadual, municipal e a sociedade civil; o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável para projetos de infraestrutura, socioeconômico e ambiental; os debates entre os participantes contribuíram para o fortalecimento das relações sociais dos mesmos; valorização de entidades e pessoas; divulgação de projetos; novas políticas públicas para a agricultura familiar; protagonismo dos agricultores familiares; integração entre os atores da sociedade civil e do poder público; articulação entre as instituições (públicas e privadas) de ensino, pesquisa, Ater e outras.

Sobre os pontos fracos destacados, da mesma forma nos relatos foram utilizadas palavras-chave ou frases resumidas das respostas, que, em sua íntegra, foram citados: baixa participação dos produtores; falta de apoio do poder público municipal em alguns municípios; dificuldade de comunicação com os prefeitos; dificuldade de adesão de novas organizações; falta de visibilidade da sociedade civil; não conseguir manter os integrantes motivados a participarem após não conseguirem a aprovação de projetos do Proinf; dificuldade de deslocamento para as reuniões de produtores e poder público; dificuldade de entendimento da importância da participação ainda que seus efeitos sejam demorados; poucos recursos financeiros tanto para projetos quanto para eventos; mudança de governo em 2016; falta de capacitação dos produtores quando instituídos os projetos e a falta de definição de responsabilidades de cada entidade/instituição dentro do Colegiado. Em dois questionários chama a atenção a menção de que a presença de representantes políticos poderia prejudicar o andamento dos trabalhos pela

possibilidade de exercerem política partidária, e outro caso foi o condicionamento por parte do integrante de somente voltar a participar se não tiver presença de políticos ou pessoas ligadas a algum partido político e, também, desde que os projetos tivessem acompanhamento após a efetivação.

Um dos questionamentos realizados referiu-se à possibilidade de rearticulação das entidades com vistas à retomada de funcionamento do Colegiado. Foram obtidas 19 respostas como necessária a retomada, 7 mencionaram que seria possível e apenas 1 respondeu muito difícil, justificada pela conjuntura atual e baixo incentivo à agricultura familiar. Na mesma linha de raciocínio, a pergunta foi complementada para verificar se o integrante voltaria a participar do Colegiado, e as respostas de 24 destes foram positivas. Nos dois casos que mencionaram não pretender participar, o motivo foi o fato de estarem morando, atualmente, em outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste trabalho foi analisar, tendo como base o contexto mais geral da política territorial brasileira recente, o histórico e as atividades desenvolvidas no Território Prof. Cory/Andradina, a partir de revisão bibliográfica, de pesquisa documental e da percepção dos integrantes do Colegiado do referido Território.

Observou-se que a formação do Território Professor Cory/Andradina, a partir de 2004, teve papel catalisador das propostas do Pronat, trazendo recursos do Pronaf, avançando na criação de políticas socioeconômicas, aproveitando-se da estrutura regional nos setores públicos, privados e do terceiro setor, como é o caso da Cooperativa Coapar, e finalmente o interesse da Amensp, que, por meio do Ciensp, estabeleceu uma equipe de inspeção dos produtos agropecuários a partir de um debate proveniente deste Colegiado.

Apesar das dificuldades ou limitações apontadas, predominaram as avaliações positivas em relação à atuação e à importância do Colegiado, manifestado pelos entrevistados no desejo de retomar as atividades, independentemente das vocações políticas mais específicas dos mesmos. A metodologia de trabalho do Colegiado, aberta à livre-manifestação, respeito às divergências e busca de consensos, pode ter contribuído para essa percepção dos seus membros. Este talvez seja o maior legado da atuação do Codeter, a metodologia empregada. Como fator preponderante em qualquer atividade educativa libertadora, buscou-se ouvir os interessados e incentivá-los a serem atuantes nas decisões a serem tomadas. Faltou um maior acompanhamento dos projetos a partir da sua criação, posto que, no caso do Pronat, foi totalmente interrompido a partir da extinção do MDA. A comunidade perde seu principal ponto de apoio, o Colegiado, mas um aspecto positivo aparece em outra resposta do questionário: a convicção de que a mesma linha de ação deve ter continuidade, pois há necessidade de apoio aos agricultores familiares que representam quase 90% do número total dos agricultores do Território Prof. Cory/Andradina e desempenham papel relevante para a segurança alimentar na região.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, aos integrantes do Território Professor Cory/Andradina e à Unesp de Ilha Solteira.

REFERÊNCIAS

- BIANCHINI, V. *Vinte anos do Pronaf 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BONNAL, P. *Territorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento: conseguiremos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios*. 2007. Disponível em: <http://observatoriodoagronegocio.com.br/page41/page42/files/007TerritSustentabDesenvol.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – Sistema de Informações Territoriais – SIT. *Imagens/mapas*. Brasília: SIT/MDA 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – Território Andradina*. 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio012.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.
- BRITO, C. C. *Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos Governos FHC e Lula*. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/60260>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CALDAS, E. L.; MOREIRA, I. Políticas de desenvolvimento territorial e intermunicipalidade no Brasil: complementaridades e tensões. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 41-61, 2013.
- CARNEIRO, P. A. S. *Do sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- COELHO, A. P.; COSTA, S. M. A. L.; SABBAG, O. J.; ROCHA JUNIOR, A. B.; SARAIVA, P. C. Arranjos organizacionais para melhoria da produção e mercados na região noroeste paulista. In: SEMINÁRIO PAULISTA DE EXTENSÃO RURAL, 5., 2017, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Associação Paulista de Extensão Rural, 2019a.
- COELHO, A. P.; SILVA, D. P.; COSTA, S. M. A. L.; SANT’ANA, A. L. Importância das compras institucionais para a agricultura familiar na região de Andradina (SP). In: JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, 9., 2019, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019b.
- DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. *Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Rio de Janeiro: IICA-OPPA/CPDA, 2007.
- DELGADO, N. G.; GRISA, C. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 132-163, 2014.
- FEDER. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. *Política regional e de coesão*. 2020. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder->. Acesso em: 5 mar. 2020.
- FRANCO, C. T. J. A experiência regional da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (AMENSP) no processo de transição de governo. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6., 2013, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF, 2013.
- FUSER, L. R. *Coordenação e governança no programa territórios da cidadania: uma análise multi-level a partir do Vale do Ribeira-SP*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.
- GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, R. R. *Política regional à escala sub-regional: uma tipologia territorial como base para um fundo de apoio ao desenvolvimento regional*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 1999.
- GARBIN, S. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – território baixo Araguaia – MT*. Campo Grande: Ministério de Desenvolvimento Agrário; Fundação Cândido Rondon, 2006.
- GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 21-47, 1982.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 1, n. 15, p. 41-99, 1997.
- INCRÁ. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Índices básicos por município*. 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: 22 jun. 2018.
- LEITE, S. P. *Políticas públicas e atores sociais na perspectiva do desenvolvimento territorial*. 11. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2007.

MELLO THÉRY, N. A. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. *Revista da Anpege*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 11-19, 2011.

MODENESE, V. S.; GONZAGA, D. A.; SANT’ANA, A. L.; MORAES, M. D.; SANTOS, T. B. O.; PINA, T. P.; SANT’ANA, A. L. Território rural de prof. Cory/Andradina e as ações para a implantação do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. In: SIMPÓSIO DE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 7., 2016, Araraquara. *Anais [...]*. Araraquara: Uniara/Nupedor, 2016.

OLIVEIRA, C. D.; PERAFÁN, M. E.; CONTERATO, M. A. Percepção de atores sociais sobre gestão estratégica e gestão social no âmbito da política de desenvolvimento territorial no Brasil. *DRd: Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 3, n. 2, p. 154-175, 2013.

PERAFÁN, M. E. V.; ÁVILA, M. As experiências dos núcleos de extensão em desenvolvimento territorial no Brasil. *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 9-13, 2017.

SABOURIN, E. P. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 18, n. 1, p. 123-143, 2015.

SILVA, C. A. F. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 8, n. 2, p. 165-184, 1992.

SILVA, F. C. *Agricultura familiar em duas microrregiões do Noroeste do Estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2012.

SOUZA, G. C.; AMARAL, C. N. Política territorial e os agricultores tradicionais do território da baixada cuiabana, Mato Grosso. *Guaju*, Matinhos, v. 1, n. 1, p. 64-89, 2015.

TARSITANO, R. A. *Avaliação dos Projetos Proinf do Território de Andradina (SP), a partir da perspectiva dos atores*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Ilha Solteira, 2012.

Autor Correspondente:

Arnaldo Pedroso Coelho

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Cati

Casa da Agricultura de Pereira Barreto

arnaldopedroso Coelho@yahoo.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.